Projeto de livro

Neste espaço irei alinhar algumas das minhas memórias com reflexões pessoais sobre aquilo que me parece ter sido mais relevante para o desenvolvimento e afirmação da Universidade de Aveiro ao nível nacional e internacional

As minhas memórias da Universidade de Aveiro

Coimbra, março, 2022

José Tavares

jtav@ua.pt

**Sumário**

**Notas introdutórias**

**O Departamento de Ciências da Educação**

**O Conselho Científico da Universidade**

**O Senado**

**Assembleia da Universidade**

**O Conselho Coordenador do CIFOP e a Comissão de Gestão**

**O Departamento de Ciências Fundamentais da Educação**

**A Unidade de Investigação**

**Departamento de Educação e Psicologia**

**Conclusão**

**Notas introdutórias**

Como Professor Catedrático Jubilado e decano do Departamento de Educação e Psicologia, julgo, e, eventualmente, da Universidade de Aveiro em virtude de ser, neste momento, o Professor Catedrático mais antigo com vínculo à instituição. Mas não faço nenhuma questão disso nem acho que tenha qualquer interesse, no contexto atual. Comecei, no entanto, a pensar que poderia contribuir com algumas das minhas memória e reflexões para ajudar a perceber o presente e o futuro da Universidade de Aveiro. Irei ser muito sucinto e procurarei reduzir ao mínimo a referência a pessoas e episódios concretos a não ser que possam interessar para uma melhor compreensão das memórias evocadas relativamente a órgãos de gestão de que fiz parte ativamente e a situações em que participei pessoalmente, tais como, o Departamento de Ciências da Educação e respetiva Comissão Científica, o Conselho Científico, a Coordenadora do Conselho Científico, a Assembleia da Universidade, o Senado, o Conselho da Universidade, o Conselho Coordenador do CIPOP e respetiva Comissão de Gestão, o Departamento de Ciências Fundamentais da Educação, a Unidade de Investigação e o Departamento de Educação e Psicologia. Não me referirei a outras muitas comissões de domínio científico, pedagógico e administrativo que integrei por eleição ou por inerência de outros cargos pelas razões acima indicadas.

Acho que poderei dar testemunho de uma Universidade em construção e inovação como ela, na realidade, é e deve ser em todo o tempo, a um ritmo mais ou menos intenso e progressivo, mas num período em que a Universidade de Aveiro ainda estava a dar os primeiros passos, a desenvolver-se e a consolidar-se como uma instituição de referência que, hoje, já é, entre as suas congéneres ao nível nacional e internacional. Sinto muito orgulho em ter feito parte de um grupo de obreiros que esteve nesta obra que as gerações presentes e futuras irão certamente continuar para enfrentar os grandes desafios do futuro com força, entusiasmo e inovação na senda da universidade de sempre.

A instituição universitária, na forma como a vejo e concebo, não pode ser desligada da universidade do passado, do presente e do futuro. Mas é a partir do futuro que ela deverá continuar a construir-se, a consolidar-se e a otimizar-se de uma forma constante e progressiva. A Universidade de Aveiro inscreve-se, com certeza, nesta grande aventura que é também um enorme desafio.

As memórias que a seguir alinharei pretendem apenas procurar que, dada a voragem rápida e indiscriminada dos arquivos, não caiam irremediavelmente no esquecimento e possam resistir mais algum tempo. Pois há imensas coisas que já se perderam irremediavelmente embora continue a valer a máxima de Lavoisier de que “nada se perde, tudo se transforma”. Contudo, neste caso e noutros semelhantes, acho que o mais importante e significativo se perde mesmo ou já se perdeu.

**O Departamento de Ciências da Educação**

Fui contratado como Professor Auxiliar do Centro de Formação de Professores da Universidade de Aveiro, em 9 de novembro de 1979, mas comecei a exercer funções docentes no Departamento de Ciências da Educação da mesma Universidade, no início do ano letivo de 1979/80. Embora já tivesse sido professor no ensino secundário oficial, particular e superior não tinha conhecimento nem experiência da vida académica universitária. Numa Universidade Nova, com cerca de 3 anos de existência, com um número de professores doutorados muito reduzido, acabei por participar na vida e na construção da universidade não apenas como professor, mas também, de alguma forma, nos seus principais órgãos de poder.

No Departamento, era o terceiro doutorado na ordem hierárquica. Ainda em 1980, o Professor João Evangelista Loureiro, Presidente do Conselho Diretivo, foi convidado pelo, então, Reitor, Ernesto Mesquita Rodrigues, para Vice-Reitor. Houve eleições para Presidente do Conselho Diretivo do Departamento e vi-me, de repente, envolvido nessas funções. Eram tempos difíceis em que todos éramos poucos para os desafios que nos chegavam todos os dias e de todo o lado. Os recursos financeiros eram escaços e muito disputados pelos departamentos já existentes de: Matemática, Línguas e Culturas, Física, Eletrónica e Telecomunicações, Química, Física, Cerâmica e do Vidro, Geociências, Ambiente e Ordenamento, Ciências da Educação e Biologia. O Departamento de Ciências da Educação, uma área nova das Ciências Sociais, além dos recursos da Universidade beneficiava também pelo facto de estar ligado a um grande programa autónomo de financiamento do Banco Mundial, o Centro Integrado de Formação de Professores (CIFOP), no âmbito do qual foram contratados uma boa parte dos seus docentes e pessoal técnico, administrativo, entre os quais me incluía. Era uma vantagem e uma desvantagem. Uma vantagem porque dispunha de bastantes mais recursos, humanos e materiais. Uma desvantagem porque em virtude disso, o departamento acabava por receber menos apoios do bolo da Universidade. O próprio Reitor da altura, do Departamento de Biologia, cujas simpatias pelas Ciências da Educação não eram muitas, repetia com frequência que “mamávamos” da Universidade e do CIFOP.

Apesar das dificuldades e das tensões próprias de instituições universitárias novas em desenvolvimento e afirmação, havia uma grande atenção e consideração entre os colegas dos diferentes Departamentos. As votações na Comissão do Conselho Científico, por exemplo, que foi a primeira modalidade de Conselho Científico da Universidade, em assuntos científicos e pedagógicos, eram normalmente tomadas por unanimidade. Lembro de uma contratação do Departamento de Línguas e Culturas que, pelo facto de haver algumas posições divergentes e querer não contrariar a posição do seu representante, acabou por ir a duas ou três reuniões para poder ser aceite e votada por unanimidade. Era também nesse fórum que eram anunciadas as grandes decisões que iam sendo tomadas pela Comissão Instaladora da Universidade de Aveiro. O próprio Reitor presidia, com frequência a essa Comissão do Conselho Científico, sobretudo quando tinha assuntos mais delicados a resolver ou desejava simplesmente dar notícias e desabafar. A universidade era ainda uma pequena família em que todos conviviam proximamente e trabalhavam com afinco para lançar a ideia inicial da Universidade de Aveiro que muito deve também à intervenção do Ministro da Educação, à época, Professor Veiga Simão.

O departamento de Ciências da Educação, nessa altura, era dos que tinha um maior número de doutorados (5) e por isso tinha algum peso. Os assuntos científicos e a contratação de docentes do Departamento de Línguas que apenas tinha um doutorado, eram submetidos à Comissão Científica de Ciências da Educação antes de serem levados ao Plenário da Comissão do Conselho Científico. Evidentemente, estas relações mais próximas e menos burocráticas foram-se perdendo rapidamente com o desenvolvimento da Universidade. Tudo ficou muito burocratizado e complicado devido sobretudo àqueles que vinham mais imbuídos ou formatados com o modelo das universidades clássicas e, designadamente, os mais ligados às ciências exatas e engenharias. Houve mesmo assuntos que criaram enormes clivagens e, porventura, injustiças, em minha opinião, como a aceitação de candidatos a doutoramento e o reconhecimento de doutoramentos de 3ª ciclo vindos de França, reconhecendo apenas os doutoramentos de Estado, e que em alguns casos não eram de nível inferior a muitos PhD que vinham de outros países. Houve situações muito tensas, que até tiveram de ser dirimidas em tribunal, no Conselho Científico da Universidade. De qualquer modo, devo reconhecer, que o Conselho Científico da Universidade acabou por ser uma peça fundamental para o seu desenvolvimento, afirmação e consolidação ao nível nacional e internacional como testemunharei a seguir.

**O Conselho Científico da Universidade**

O Conselho Científico da Universidade começou por ser uma Comissão do Conselho Científico onde tinham assento todos os doutorados do corpo docente e investigador. À data a Carreira de Investigação ainda não existia embora já estivesse a ser preparada legislação para a sua implementação que veio a ser aprovada e publicada em Diário da República, em princípios dos anos 80, mas só bastante mais tarde foi implementada, sobretudo, com a criação das Unidades e Centros de Investigação pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, em 1994.

O Conselho Científico começou por ser uma Comissão do Conselho Científico e funcionava em plenário, ou seja, com todos os doutorados da Universidade. Reunia ordinariamente e extraordinariamente muito frequentemente até porque grande parte das decisões de outros órgãos da Universidade, como Reitoria, Conselho Pedagógico e Departamentos tinham que ter o seu parecer ou a sua aprovação. Foi um órgão fundamental no desenvolvimento e afirmação da Universidade de Aveiro ao nível nacional e internacional embora como referi acima com grandes tensões no seu interior e mais tarde com a própria Reitoria.

Ao princípio, o número de doutorados que nele tinham assento era bastante reduzido e tudo era relativamente fácil e num ambiente muito cordato e pacífico. Lembro que, em 1979, eram apenas 16 e eu era o doutorado mais novo que dele começou a fazer parte. Mas com o crescimento da Universidade e a ambição natural dos Departamentos em formarem e aumentarem o seu corpo docente, as reuniões começaram a ser muito difíceis e mesmo desagradáveis, sobretudo, para os Departamentos das Ciências Sociais e Humanidades, como a educação e a formação de professores. Houve uma tendência acentuada dos Departamentos das Ciências Físicas, Biológicas, as chamadas ciências duras, e as engenharias em transformar a Universidade num grande instituto de Ciência e Tecnologia para onde eram alocados grande parte dos recursos materiais e humanos da Universidade que, de certa forma, configurou a Universidade de Aveiro e ainda hoje continua a ser claramente dominante. Era muito difícil, neste contexto, o Departamento de Educação mesmo com 5 doutorados, um dos maiores no início, apesar de estar ligado ao Departamento de Línguas que dispunha apenas de 1 doutorado, disporem de recursos adequados para fazerem face a contratações de docentes e outras despesas correntes e de capital para poderem desenvolver-se. Foi um tempo muito complicado até à criação das Unidades de Investigação pela Fundação para a Ciência e Tecnologia que, por essa via, conseguiram atrair mais alguns recursos.

O programa de formação de professores em desenvolvimento no Centro Integrado de Formação de Professores (CIFOP), em boa parte gerido pelo Departamento de Educação, apoiado pelo Banco Mundial com financiamentos autónomos foi, apesar de tudo a grande alavanca para o Desenvolvimento da Educação/Ciências da Educação e formação de professores e formadores na Universidade.

Com o seu desenvolvimento rápido e o aumento do número de doutorados no Concelho Científico, foi criada a Comissão Coordenadora do Conselho Científico em que tinham assento os Coordenadores das Comissões Científicas Departamentais ou os seus substitutos, para a qual foram transferidos grande parte dos assuntos do Conselho Científico Geral. Neste novo contexto, grande parte das discussões e tensões passaram para a Comissão Coordenadora e, designadamente, a parte mais burocrática. O conselho Científico Geral reunia apenas 2 ou 3 vezes por ano para grandes decisões científicas ou para assuntos que pelo regime jurídico ou os regulamentos tinham que ter o seu parecer ou aprovação. Com o novo regime da Universidade bastante mais tarde, o Plenário Conselho Científico, com todos os doutorados da Universidade, que já vinha a perder influência e atualidade acabou por ser extinto.

Apesar do enorme esforço, neste caso, da Comissão Científica do Departamento de Ciências da Educação para fazer passar as suas propostas na Comissão Coordenadora e no Plenário do Conselho Científico, por vezes, era muito penoso e desagradável assistir às discussões e argumentações dos outros Departamento em que grande maioria das opiniões, por princípio, desfavorável, era esmagadora. Esta foi a parte mais negativa que me ficou do Conselho Científico apesar de, na altura, ser um grande defensor desse mesmo Conselho como contraponto à Reitoria, dois órgãos que considerava essenciais para o equilíbrio entre a parte científica e de investigação e a parte de gestão, administração e governança da Universidade. Também aqui, nem sempre as coisas funcionaram da melhor maneira e, houve alturas, em que as tensões foram bastante acentuadas e excediam a dialética saudável e construtiva que deveria existir entre os dois órgãos de governo da Universidade.

Apesar de ter esta memória bastante desfavorável do Conselho Científico e da Comissão Coordenadora do Conselho Científico em relação à Educação e Formação de Professores, tenho de reconhecer que o Conselho Científico foi um órgão que contribuiu muito para o desenvolvimento e afirmação da Universidade Aveiro, ainda que com um cariz marcadamente científico e tecnológico, à custa de uma visão mais alargada de Universidade em relação aos diferentes domínios e áreas do saber que a instituição universitária etimologicamente transportou e transporta e que é também a minha, alguém que vem das ciências sociais e humanas e, designadamente, da Filosofia.

Apesar disso, o Conselho Científico teve 2 Presidentes do Departamento de Ciências da Educação, o Prof. Doutor João Evangelista Loureiro, embora ainda sendo Comissão do Conselho Científico, na parte inicial, e que deixou a presidência ao ser convidado para Vice-Reitor, pelo então Reitor Prof. Doutor Ernesto Mesquita Rodrigues e a Professora, Profa. Doutora Isabel Alarcão que também deixou a presidência pouco tempo após a sua eleição por ter sido convidada para Vice-Reitora, pelo novo Reitor Júlio Pedrosa de Jesus, e que, mais tarde, veio o substituir como Reitora quando da sua ida para Ministro da Educação, em 2001.

Com a transformação da Universidade de Aveiro em Fundação Pública de Direito Privado foram extintos os antigos órgãos e criados novos órgãos com outro formato de acordo com as orientações da DGES. Na altura, achei que era uma boa opção, embora tenha acompanhado pouco de perto esta mudança, pelo fato de ter sido jubilado, entretanto, mas, aos meus olhos esta transformação fez-se sentir profundamente na vida e na dinâmica Universidade e tensão existente entre o antigo Conselho Científico e a Reitoria tenha diminuído consideravelmente. Os novos órgãos como o Conselho Geral, o Conselho Científico e os Departamentos aparecem como órgãos de apoio à Reitoria que, no novo modelo, tudo controla. Julgo que, num certo sentido, a democraticidade na Universidade foi profundamente afetada e tudo ficou muito mais centralizado, no Reitor e nos Diretores dos Departamentos. Talvez seja uma exigência de um novo contexto de Universidade até porque a parte científica passa sobretudo pelos Centros de Investigação embora, de certa forma, atualmente também, aos meus olhos, com excessiva intervenção da Reitoria.

De qualquer modo, devo reconhecer que a Universidade de Aveiro tem continuado a afirmar-se bem diante das suas congéneres ao nível nacional e internacional o que me deixa uma enorme satisfação.

**O Senado**

O Senado era um dos órgãos mais simbólicos na governança da Universidade. Os seus membros eram constituídos por inerências de funções e por eleição pelos diferentes corpos universitários, docentes, funcionários e estudantes, com um número estabelecido para cada um deles pelos Estatutos da Universidade de acordo com a lei geral aplicável. Os Professores podiam eleger 5 lugares. Era uma eleição bastante disputada em virtude de ser reconhecida uma certa importância o de ter assento e participar nas reuniões do Senado em que se discutiam e votavam assuntos importantes para a governança da Universidade. Tinha várias comissões entre as quais a Comissão de Ética a que estavam sujeitos todos os membros da Universidade e o próprio Reitor e que tive a honra de presidir, salientando, embora, que algum tempo depois, pelo fato de os poderes de atuação da Comissão não estarem bem definidos por falta de regulamentação, apresentei a minha exoneração. Era difícil para mim sentir a responsabilidade de ter que intervir em assuntos eticamente delicados na vida da academia e, na realidade, não poder desenvolver as diligências concretas necessárias para poder atuar.

Na minha eleição para o Senado em que encabecei uma das duas listas concorrentes entre os docentes devo confessar que as coisas não foram fáceis. Foi mesmo uma das experiências mais interessantes e esclarecedoras que tive sobre a democraticidade universitária, embora conhecesse o que passava noutras situações da Academia. Como em todas as eleições, houve campanha entre as duas listas junto do corpo dos docentes e fui naturalmente para o terreno para encorajar os colegas a votar nas pessoas e nas propostas da minha lista. Foi, no entanto, uma sensação estranha e, ao mesmo tempo, elucidativa que experienciei ao verificar que a outra lista mais ligada aos poderes instituídos tinha tudo controlado. Tive a nítida impressão de entrar no terreno “minado” onde não se podia pôr o pé. Ainda assim, embora perdendo a eleição, a lista que encabecei teve uma votação muito razoável, 2 lugares em 5.

Foi uma experiência interessante, porque até aí a minha participação em órgãos de gestão, à exceção da Presidência do Conselho Diretivo e da Coordenação da Comissão Científica Departamentais e da Presidência do Conselho Coordenador do Centro Integrado de Formação de Professores (CIFOP), tinha sido por inerência de Funções ou de Categoria Académica. Por exemplo, na Assembleia da Universidade, os Professores Catedráticos nos primeiros tempos da Universidade eram membros por direito próprio de acordo com os Estatutos que vigoravam à época, tendo ainda beneficiado dessa prerrogativa.

De qualquer modo, as reuniões do Senado eram relativamente calmas e a sua frequência bastante reduzida. Mas ser senador da Universidade, nessa altura, ainda tinha algum atrativo e dava um certo status académico.

**A Assembleia da Universidade**

A Assembleia da Universidade era o órgão máximo da Instituição. A eleição do Reitor era um dos seus poderes, embora a eleição do 1º Reitor, Professor Renato Araújo, tenha sido direta e por todos os membros da academia. Na Assembleia tinham assento por inerência de funções: o Reitor, os Vice-reitores, o Administrador, os Presidentes do Conselho Científico e Pedagógico, os Coordenadores das Comissões Científicas e os Presidentes dos Conselhos Diretivos e, numa primeira fase todos os Professores Catedráticos da Universidade e os eleitos por cada um dos diferentes corpos: Professores, Funcionários Administrativos e Técnicos de acordo com o número estabelecido pelos Estatutos da Universidade. Pessoalmente, fiz parte da Assembleia por inerência de funções e como Professor Catedrático.

As lembranças que tenho são de que era um órgão bastante pacífico e cordato, pois, tratava de assuntos mais gerais da vida e do desenvolvimento da instituição que não visavam diretamente as pessoas dos Departamentos e dos Serviços. Não tinha nada a ver com as tensões e discussões que eram verdadeiros diálogos de surdos que ocorriam no Conselho e na Coordenadora do Conselho Científico em que prevalecia normalmente a lei do mais forte, sobretudo, quando se tratava de distribuir recursos materiais e humanos. Estes assuntos normalmente não iam à Assembleia.

**O Conselho da Universidade**

O Conselho da Universidade tinha um número de membros muito mais reduzido em relação a inerências e representantes dos diferentes Departamentos e Serviços da Universidade. Tinha além disso, convidados da Sociedade Civil e das Empresas por iniciativa do Reitor e abordava assuntos de extensão universitária. Reunia muito poucas vezes e debruçava-se sobre temas, projetos que o Reitor e a sua equipa queria debater com uma comunidade mais ou menos alargada e diversa.

Era um órgão interessante em que cada um expressava a suas opiniões de uma forma muito livre, um pequeno forum de ideias para o desenvolvimento e intervenção da Universidade em ligação com a região, as diferentes comunidades, empresas e serviços. Entretanto este órgão foi substituído por outros espaços de troca de ideias e deixou praticamente de existir.

**O Conselho Coordenador do CIFOP**

Era um órgão em que tinham assento representantes das comissões científicas departamentais que colaboravam nos programas de formação de professores para todos os níveis de ensino incluindo a educação de infância. Tratava-se de uma Estrutura Orgânica Intermédia entre a Reitoria, os Departamentos e os Serviços: Centro Integrado de Formação de Professores da Universidade de Aveiro (CIFOP/UA), com autonomia financeira e pedagógica e estava a ser financiado pelo Banco Mundial. Dispunha também de um quadro próprio de docentes e funcionários administrativos e técnicos. No Conselho Coordenador eram eleitos um Presidente que presidia ao Conselho e à Comissão Coordenadora do Centro, integrada pelo Presidente e dois vogais. O Conselho Coordenador do Centro era um órgão importante da Universidade por integrar praticamente todos os departamentos que colaboravam no grande projeto, à altura, de formação de Professores para todas disciplinas e níveis de ensino. Era como que uma experiência de uma Escola Superior de Educação integrada na Universidade. O Presidente era eleito por um período de dois anos. A primeira eleita para presidir a este órgão foi a Profa. Doutora Isabel Alarcão, seguiu-se-lhe, O Prof. Doutor António Cachapuz e eu próprio. O projeto, após uma fase ascendente dada a carência de professores com formação adequada e própria para o ensino, veio a perder força na Universidade que, como Universidade tinha objetivos muito mais específicos e diferenciados em áreas científicas, tecnológicas, culturais e artísticas. De qualquer modo, julgo, que foi um tempo de afirmação da Universidade de Aveiro no seu início, na Formação de Professores e Educadores, embora, talvez, mais reconhecido no exterior que no seu próprio interior, dado o mal-estar que se foi criando nos sectores mais científicos e tecnológicos contra a educação e o modelo integrado de formação de professores que estava a ser implementado. Os que deram a cara por estas causas lembram-se bem desse contexto não apenas na Universidade de Aveiro, mas também noutras Universidades Novas e, sobretudo, em relação às Universidades mais Clássicas e Tradicionais em que a formação pedagógica não seguia o modelo integrado e continuava mais dependente das disciplinas das diferentes especialidades.

O meu posicionamento, neste contexto, foi sempre um estar entre os dois lados, procurando desconstruir os exageros e os fantasmas que se iam erguendo, o que me custou alguns dissabores nas Ciências da Educação até porque vinha da Filosofia embora com interesses especiais na Filosofia da Linguagem, da Psicanálise e da Psicologia. Devo dizer que se fosse hoje teria a mesma atitude. O que acontecia de uma parte e de outra não era razoável, antes, pelo contrário, chegava a atingir mesmo uma certa “estupidez”. Embora as minhas memórias da Universidade tivessem ficado marcadas por todas estas discussões, muitas vezes, estéreis, não julgo que tenha interesse dar-lhe um interesse especial, neste momento.

De qualquer modo, devo confessar que o Centro Integrado de Formação de Professores da Universidade de Aveiro teve um papel de relevo na formação de professores e educadores ao nível nacional. Hoje, praticamente, tudo foi integrado no Departamento de Educação e Psicologia e, de certa forma, tende a reproduzir o modelo das Faculdades de Psicologia e Ciências da Educação das Universidades Clássicas.

Talvez, nestes últimos tempos, haja necessidade de repensar a formação de professores e educadores em novos moldes face às grandes transformações porque a educação irá passar nas sociedades emergentes dos próximos tempos.

**O Departamento de Ciências Fundamentais da Educação**

O Departamento de Ciências Fundamentais da Educação deveu-se a uma grande divisão no Departamento de Ciências da Educação acabando por cindir-se em dois: Ciências Fundamentais da Educação e Didática e Tecnologia Educativa. Foram tempos de grande tensão e luta pelo poder. De alguma forma, passou também pelo mal-estar entre a Educação/Ciências da Educação e as Ciências Exatas e Engenharias que defendiam que a formação de professores das diferentes especialidades deveria estar ligada aos respetivos departamentos e não às ciências da educação. O fosso criado foi bastante grande tendo levado mesmo ao facto de em 1994 terem sido criadas duas Unidades de Investigação no âmbito da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Aí a situação extremou-se e houve mesmo comportamentos menos leais por parte da outra Unidade que não irei aqui recordar. Foi um tempo para esquecer até porque no interior do Departamento de Ciências Fundamentais da Educação e a Unidade de Investigação Construção do Conhecimento Pedagógico nos Sistemas de Formação houve também fortes dissensões. Recordarei algo mais sobre esta fase a seguir sobre a Unidade de Investigação que coordenei de 1995 a 2006.

Devo, no entanto, reconhecer que tanto o Departamento de Ciências Fundamentais da Educação como a Unidade de Investigação procuraram afirmar-se e acabou por se desenvolver um trabalho tanto na docência como na investigação muito meritório em termos de projetos financiados e de publicações realizada em revistas nacionais e internacionais, em livros, capítulo de livros, relatórios científicos e pedagógicos, embora nem sempre devidamente reconhecidos pelas comissões de avaliação que eram constituídas, aos meus olhos, de uma forma bastante enviesada e davam muito pouca importância, nas suas visitas para efeitos de avaliação, a esse conjunto de publicações muitas delas expostas em espaço público. Davam a impressão que já estava tudo decidido anteriormente e as visitas eram apenas uma formalidade. Mas, pelo fato de ter estado muito envolvido na Unidade, julgo que não seria de muito bom tom escrever muito sobre o assunto.

**A Unidade de Investigação**

Em 1994, foram criadas as unidades e centros de investigação pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Estas Unidades e Centros ainda que propostas pelas Universidades e outras instituições de Investigação tinham uma autonomia bastante grande em relação aos financiamentos que lhes eram atribuídos em resultado da sua avaliação por Comissões integradas por especialistas nacionais e Internacionais. Foram uma grande aposta do Ministro da altura, da Investigação e do Ensino superior, Mariano Gago, embora um pouco contra a vontade das Universidades que viam a sua intervenção bastante limitada e, por isso, pouco a pouco, foram revertendo a situação através de um controle cada vez maior. Hoje, praticamente, tudo está concentrado nas Universidades que julgo condicionarem fortemente o financiamento atribuído aos diferentes projetos e sistemas de bolsas que a Fundação leva a concurso. No início, era diferente e os Coordenadores geriam as verbas que eram atribuídos aos Centros e Unidades com grande autonomia bem como os responsáveis pelos diferentes projetos ganhadores em concurso. Hoje, pelas informações que ainda me vão chegando, está tudo muito centrado nas administrações das universidades e, designadamente, na Reitoria.

Na Universidade de Aveiro, esta centralização começou a ter lugar através do Instituto de Investigação onde tinham assento os Coordenadores das Unidades e Centros de Investigação presidido pelo Vice-Reitor que, na Universidade, de alguma forma, decidia sobre todos os recursos destinados à Investigação. As decisões mais importantes eram tomadas em reuniões plenárias do Instituto e executadas pelo Vice-Reitor e pelos Coordenadores das Unidades e Centros. Hoje, em 2022, acho que as coisas funcionam de um modo bastante diferente. Os Coordenadores tratam dos assuntos mais diretamente com a Reitoria e, designadamente, com o Vice-Reitor para a Investigação. Lembro que deixei de coordenar a Unidade/Centro a partir de 2006 e de ter contato direto com a mesma, em 2009, em rotura com a Fundação, por razões de brio profissional e académico e, sobretudo, deontológicas e muito desagradado com as Comissões de Avaliação e com alguns dos principais mentores ao serviço da FCT. Mas este é assunto que prefiro apagar das minhas memórias.

As Unidades e Centros deram um grande impulso à investigação, em Portugal, porque permitiram maior incremento e distribuição de recursos financeiros e incentivos às equipas de projetos nos diferentes domínios científicos, tecnológicos e artísticos. Mas em virtude de terem sido metidos os “ovos” todos no mesmo cesto tudo ficou à mercê de um pequeno número de pessoas que se foram introduzindo e perpetuando que, de certo modo, se tornaram os “donos” dos financiamentos que a Fundação levava a concurso em projetos e bolsas. A própria escolha dos peritos nacionais e internacionais, em muitos casos, parecia a escolha do amigo do meu amigo. E refletia-se claramente nas diferentes avaliações e na atribuição de financiamentos. Várias vezes, junto, de quem de direito, protestei contra este tipo de comportamentos, mas tudo caiu em saco roto e acabou, como, normalmente acontece, por quebrar pelo elo mais fraco. Devo confessar que as memórias que guardo destas situações não foram boas apesar de ter dedicado muito do meu tempo com denodo e profissionalismo, à Unidade que coordenei e aos investigadores que a integravam.

Ao serem colocados todos os “ovos” do financiamento da investigação no mesmo cesto, a Fundação para a Ciência e Tecnologia, outros projetos que, à época, eram quase únicos e em franco desenvolvimento ficaram comprometidos e irremediavelmente deixados para trás ou mesmo remetidos a um certo ostracismo. Recordo apenas dois a que estive mais ligado: a Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, da qual fui Vice-Presidente da Direção e a associação, Centro de Investigação, Difusão e Intervenção Educacional (CIDInE) que fundei e de fui diretor durante mais de duas dezenas de anos. A obrigatoriedade de os docentes dos diferentes departamentos e faculdades fazerem parte das novas unidades e centros da FCT acabaram por secar toda a possibilidade de apoio financeiro a outros projetos e organizações existentes deixando os seus investigadores impossibilitados de desenvolver investigação nesse âmbito. A concorrência era difícil e vista com maus olhos e, por isso, os investigadores encostaram-se às unidades e centros recém-criados e ao Estado. Outro tipo de iniciativas que saíam fora desta orientação não podiam vingar porque as Comissões de Avaliação por ideologia ou por recomendações superiores eram acérrimas defensoras do setor público. Apenas conseguiam alguma coisa, dada a sua forte influência, instituições como a Universidade Católica ou personalidades ainda muito ligadas aos poderes públicos e cargos de alto relevo que desempenharam. Por outro lado, financiamentos que, anteriormente, estavam disponíveis noutras instituições como a Fundação Calouste Gulbenkian, OTAN, etc. começaram a desaparecer e os financiamentos europeus obrigavam a uma burocracia ou eurocracia de tal ordem que era difícil de satisfazer em instituições ou associações por natureza menos estruturadas e sem recursos administrativos e logísticos para esse efeito. Muitas dessas instituições foram-se aguentando, mas reduzindo as suas atividades ao mínimo para poder, de algum modo, subsistir. É certo que, entretanto, foram sendo criados outro tipo de instituições particulares com outro nível de negócio que, hoje, dão cartas ao próprio setor público, mas essa é uma outra história e um outro tempo.

No meu caso, aderi também à Unidade de Investigação “Construção de Conhecimento Pedagógico nos Sistemas de Formação” que ajudei a fundar e de que fui Coordenador Científico entre 1995 e 2006. Foi uma luta grande a enfrentar relativamente ao seu domínio de incidência “Construção de Conhecimento Pedagógico em Formação de Professores” que posteriormente foi alterado para “Construção de Conhecimento Pedagógico nos Sistemas de Formação” porque o nome proposto era de “Unidade de Ciências da Educação, na altura em grande contestação e descrédito na Universidade. Não fazia grande sentido, dar à Unidade o mesmo nome do Departamento e integrar nela todos os seus docentes. Era um duplicado institucional como aconteceu noutros casos. Acabou, no entanto, por vingar o nome mais específico que, além disso, introduzia um certo incentivo à inovação apesar de estar ainda bastante fora do conhecimento e das expectativas de alguns. Era, pelo menos, mais desafiador. E foi esse desafio que ao longo de mais de 11 anos tentamos afirmar e levar a bom porto lutando por financiamentos através de propostas de projetos de investigação e candidaturas a outros fundos da Universidade afetos à investigação científica, pedagógica e tecnológica.

Em 2006 a Unidade mudou de nome para Educação e Ciências do Comportamento aproximando-se mais de temáticas dos domínios da Psicologia e acompanhando de alguma forma evolução do Departamento. Ainda se aguentou mais algum tempo, mas acabou por ser suprimida aquando da decisão da FCT de reduzir o número de Unidades e Centros e parece ter sido dada essa ordem às Comissões de Avaliação, não obstante o mérito que tivesse tido em termos de resultados de investigação. Foi triste observar comportamento dos avaliadores no decurso da mesma. Via-se que o destino estava traçado e já não havia nada a fazer. Uma parte dos Investigadores integraram a Centro de Investigação do Departamento de Didática e tecnologia. Os investigadores com interesses mais no domínio da Psicologia, integraram um Centro de Investigação da Universidade de Coimbra em temáticas mais ligadas com Neurociência. Como essa altura, coincidiu com a minha jubilação, optei por não participar em mais nenhuma Unidade da FCT e recusar todo e qualquer convite que me fosse dirigido como veio acontecer. Foi uma questão de princípio de que não podia abdicar. E assim acabou a minha ligação ativa à FCT. Tudo tem um fim e este foi o meu, mas confesso que sinto orgulho de ter mantido esta posição de uma forma leal e exigente que me dá uma certa serenidade de espírito e de dever cumprido.

**Departamento de Educação e Psicologia**

Uma batalha que travei durante muito tempo foi para que a Psicologia tivesse um lugar mais visível na Universidade. Os professores, investigadores, técnicos e alunos que desenvolviam trabalho nesta especialidade não poderiam ficar diluídos num domínio “amálgama” Educação/Ciências da Ciências da Educação em que apenas eram diferenciados pelos temas dos seus trabalhos, publicações e títulos de provas ou das suas dissertações de mestrado e doutoramento. As resistências em manter o *status quo* foram muito fortes. Mesmo quando se deu a mudança de nome do Departamento houve ainda uma tentativa de superiores hierárquicos, para que se chamasse, apenas, “Departamento de Educação”. Desta vez, porém, acabou por vingar o nome: Departamento de Educação e Psicologia. E sua dinâmica mudou muito com o desenvolvimento dos cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento em psicologia bem como com os programas de pós-graduação e os projetos de investigação em domínios mais específicos da ciência psicológica como as neurociências, a Psicologia Forense para além do incremento da Psicologia Clínica, Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, Psicologia da Educação, Psicologia Experimental, etc.

Acho que hoje, o Departamento, está diferente e os seus docentes, investigadores, clínicos e alunos sentem uma maior visibilidade e reconhecimento das áreas de especialização com que mais se identificam no interior e no exterior da Universidade. A Psicologia acabou assim por ter um estatuto próprio na Universidade e não apenas o papel de dar contributos psicológicos para a formação de professores. Já não tive tempo de ajudar a crescer o Departamento nesta nova dinâmica, em virtude de me ter jubilado, em 2009, mas é algo que considero como a menina dos olhos de que nunca perdera esperança de ver surgir um dia na Universidade de Aveiro e acho que alguns colegas do Departamento não se esqueceram disso e fazem questão de me o lembrar de vez em quando.

Um pouco neste novo contexto, ainda me foi possível, antes jubilação dirigir o Psylab (Laboratório de Psicologia) e reger a disciplina de Introdução à Psicologia no 1º ano do 1º Curso o que me deu grande prazer e entusiasmo por poder participar nesse primeiro impulso. Numa outra oportunidade, divulgarei algumas reflexões sobre o que representou para mim esse momento recordando e acrescentando mais um pouco àquilo que foi a minha primeira aula de Introdução à Psicologia, não só porque a primeira aula é um momento especial em qualquer disciplina, mas esta revestiu-se para mim de uma importância e de um simbolismo particular.

Continuo com o meu gabinete no Departamento, no lugar em que passei uma grande pare do tempo que dediquei à Universidade, ainda passava por lá 1 ou 2 dias por semana, mas com a Covid-19 tudo se alterou profundamente embora continue a ter o gabinete disponível, agora, partilhado, com uma colega de Departamento.

**Conclusão**

Embora estas breves memórias possam ser mais desenvolvidas e acrescentadas, julgo que dão uma pequena ideia da minha vida académica na Universidade de Aveiro e ajudam a preservar algumas informações que acabariam por perder-se inexoravelmente na bruma do tempo. Apesar de alguns arquivos que ainda vão escapando à voragem rápida do tempo ou a ser simplesmente destruídos, há coisas mais pessoais que não estão registadas em arquivos e é, sobretudo, essas que aqui fiz questão em deixar ainda que de uma forma muito simples e resumida.

Penso que, com o tempo, ainda poderei acrescentar mais alguma coisa, mas não é isso o mais importante. Tudo o que acontece e nos acontece são projetos inacabados, “capelas imperfeitas” que de alguma forma guardam as nossas ligações com o passado e poderão contribuir para abrir caminhos para o futuro. Pois, como humanos, contruímos tudo a partir do futuro, no presente, com os restos que vão ficando do passado.